

SESSÃO DE ABERTURA

Prof^a. Doutora Maria Teresa Ambrósio
Presidente do Conselho Nacional de Educação

Muito bom dia.

Em nome do Senhor Ministro da Educação está aberta a sessão.

Dou as boas-vindas a todos os que hoje até nós aqui vieram.

Senhor Ministro da Educação

Senhor Presidente da Comissão Nacional para o Ano da Educação e Formação ao Longo da Vida

Senhores Ilustres Convidados

Caros Amigos Conselheiros

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Desejaria em breves palavras apresentar esta conferência e explicar o seu enquadramento e objectivos. O Conselho Nacional de Educação não poderia deixar de se associar às actividades que têm vindo a ser desenvolvidas durante este ano pelas diferentes entidades, muito especialmente pela Comissão Nacional para o Ano da Educação e Formação ao Longo da Vida, participando na difusão dos conceitos, das orientações e das propostas contidas no Livro Branco das Comunidades Europeias sobre esta matéria e, sobretudo, no âmbito do Conselho, contribuir para o debate e aprofundamento dessas orientações e propostas no sentido de as tornar concretizáveis no contexto português.

Está também no espírito de todo o plano de actividades do Conselho Nacional de Educação projectar as suas actividades e nomeadamente elaborar pareceres sobre pontos concretos que possam ser solicitados. Também empreende actividades por sua iniciativa própria para projectar na política educativa e formativa do país os novos desafios, as novas interrogações, os novos conceitos e as novas estratégias provenientes deste conceito que vivemos de mudança muito rápida e de grandes interferências ao nível da globalização e da mundialização.

Temos perfeitamente a consciência de que nos dias de hoje, e sobretudo no nosso país, é extremamente difícil gerir o quotidiano sem projectar e reorientar para outros desafios e outras mudanças que se projectam e que já se encontram bastante bem definidas prospectivamente. E por isso é nossa preocupação procurar tornar presentes, para as tentar gerir, algumas das tensões, tensões essas que também são explicitadas não no Livro Branco da Comunidade Europeia, mas num outro livro que vem no mesmo sentido e que talvez seja mais teórico e universal, também já aqui apresentado, que é o Documento de Jacques Delors.

Gostaria de chamar a atenção para a dificuldade de gestão política, educativa e formativa dessas tensões, sobretudo a tensão entre o global, o nacional e o local, e para como tem que ser uma preocupação constante tentar verificar a convergência das políticas educativas europeias, da política nacional e das singularidades e diversidades das escolas, das comunidades educativas, no fundo, o processo educativo localizado.

Por outro lado, vejamos como é difícil gerir a tensão entre o social e o pessoal, o mesmo será dizer entre gerir um sistema educativo, um sistema escolar, um sistema de formação que procura ter a sua regulação social, e aquilo que é hoje na educação e na formação o processo de desenvolvimento situado na pessoa, a centralidade da pessoa. Por último, como é difícil manter e gerir a tensão entre o longo prazo e o curto prazo.

Escolhemos para esta conferência apenas três objectivos, que são propostos no Livro Branco: o objectivo da ligação mais coesa entre escola-empresa, e nós preferimos dizer escola e mundo de trabalho; a luta contra a exclusão social, nós gostaríamos mais de dizer a procura da inserção de todos no processo educativo; e, depois, a construção da dimensão europeia através da formação para a cidadania.

Deixámos para outras ocasiões debater o contributo da sociedade de informação e das novas tecnologias para a definição e inovação de processos educativos para a construção, através da sociedade de informação, da sociedade cognitiva.

Percebemos que de todo este confronto e de todas estas tensões resulta essencialmente algo para o qual talvez o Conselho esteja mais apetrechado do que outros órgãos, que é uma necessidade de construir pacientemente uma estratégia de mudança e de integração, por passos definidos mas provavelmente prudentes, do que é a educação e do que é a formação.

Alegra-nos sobremaneira verificar que, embora numa estratégia paciente, ela começa a ser visível. Alegra-nos sobretudo verificar que, sendo esta educação-formação uma base e um eixo fundamental de uma estratégia de desenvolvimento do país e de certa maneira uma estratégia orientada para o projecto europeu que, mais do que um mercado, é sobretudo modelo democrático de construção da Europa, se está a dar no nosso país um grande passo através da tentativa de concertação estratégica entre todos os sectores e entre todos os parceiros sociais. A educação e a formação estão nela contempladas e até constam de várias das suas propostas, muito orientadas para este novo discurso da educação e da formação ao longo da vida.

Senhor Ministro, enquanto Conselho de representantes de todos os parceiros sociais sócio-educativos, gostaríamos desde já de nos colocar à disposição do Ministério da Educação para também colaborarmos nessa grande obra, que é a tentativa de criarmos a concertação estratégica para o desenvolvimento do nosso país.

Prof. Doutor José Veiga Simão

Presidente da Comissão Nacional do Ano Europeu para a Educação e Formação ao Longo da Vida

Senhor Ministro da Educação, quero em primeiro lugar agradecer-lhe a sua presença neste Seminário e dizer-lhe quanto nos honra pela sua demonstração de grande interesse e de apoio continuo a todas estas ini-

ciativas que se têm desenrolado no nosso país e que se prolongarão até Junho de 1997 no âmbito da educação e formação ao longo da vida. É sempre um prazer tê-lo entre nós.

Quero também manifestar a minha gratidão ao Conselho Nacional de Educação por esta colaboração, que não deixa de ser preciosa, de acordo com as tradições e a constituição do próprio Conselho.

Ao debatermos mais uma vez num seminário o Livro Branco da educação e formação ao longo da vida, fiz desde logo uma pequena pergunta: como é que nós podemos agarrar este livro às asas do pensamento e, ao mesmo tempo, como prendê-lo às legítimas reivindicações das duras realidades da vida?

Ao tentar responder a esta pergunta e também porque ando à procura das minhas memórias, desde logo concluí que não se podem fazer mudanças e nelas fazer intervir os actores principais sem ter uma visão estratégica de futuro. Mas para isso acontecer é necessário adoptar alguns princípios básicos.

A melhor forma de anteciparmos o futuro é compreendermos o presente e respeitar o passado. As tendências vêm de baixo para cima e persistem enquanto as modas são transitórias e passam, vindo normalmente de cima para baixo. Os tempos de transição entre economias, e nós estamos como que numa espécie de tempo em parêntesis, um parêntesis entre o segundo milénio e o terceiro milénio, são aqueles em que se desenvolve o espírito empreendedor. Contudo, as modernas fontes de poder não estão só já ligadas ao dinheiro, que está na mão de alguns, estão ligadas também à informação, que está nas mãos de muitos.

A sociedade de informação é, assim, uma realidade económica. Não é uma abstracção intelectual, embora, cuidado!, as tecnologias desta nova era da informação não tenham valor absoluto.

E nesta sociedade, que já é a sociedade portuguesa de literacia intensiva, necessitamos mais do que nunca de coisas simples - de saber ler, de saber escrever e dominar as operações de cálculo, porquanto temos de reconhecer que os nossos sistemas educativos estão lançando na socie-

dade (e perdoem-me a linguagem económica) muitos produtos de natureza inferior. A massificação educativa associada à massificação informativa veio criar em todos nós a ideia quase dramática de uma necessidade absoluta de qualidade e de procura da excelência, não só a nível das instituições e dos programas, mas também dos indivíduos.

Eu tenho para mim que as instituições educativas já não são nem bidimensionais, não são apenas comunidades de professores e de alunos, já nem são apenas tridimensionais, juntando a essas comunidades representantes das forças externas; eu diria que se passou para a educação com visões quadrimensionais, onde o tempo vem sendo introduzido como um elemento fundamental de referência. Realizar em tempo útil é a chave do sucesso. Não podemos perder tempo.

Esta visão estratégica, de acordo com muitos e o Senhor Ministro tem proclamado isso assaz, tem de ser construída em parcerismo. Robert Pitman, num livro excelente "Making democracy work. Civic traditions in modern Italy", observa esta coisa simples - os governos e as instituições são mais eficientes quando a sociedade civil que os circunda atinge níveis elevados de participação colectiva, com factores elevados de cooperação na tolerância, de confiança no mérito, associados a um interesse activo num desenvolvimento social económico, cultural e científico.

Civilidade, exercício pleno da cidadania interventiva é, assim, determinante para o futuro e as próprias escolas só têm futuro se à sua volta existir ou se for criado um capital social, o qual é mais difícil de desenvolver do que o capital físico. Visão estratégica e parcerismo são, assim, duas componentes da construção da sociedade do futuro.

E de repente dei comigo a ler o António José Saraiva sobre o caso português. Diz ele: *“o problema chave da educação e formação em Portugal é o da qualidade, que está ligada ao da qualidade do mestre, ao da qualidade humana, do nível científico, da qualidade e preparação pedagógica. Estamos num tempo em que se procura reduzir ao mínimo o factor humano em todas as actividades, em que se pensa que uma boa máquina e um bom sistema podem substituir com vantagem as pessoas, tanto mais quando se parte do princípio de que o sistema pode ser perfeito. Nesse caso as pessoas são uma complicação. Uma*

civilização sem pessoas seria aquilo que muitos ideólogos e tecnólogos desejam inconscientemente. Mas o sistema é feito para a pessoa humana e não a pessoa humana para o sistema. Uma educação não pode ser unicamente informativa, nem sequer unicamente intelectual. Tem em vista a formação da personalidade sobre todos os aspectos, o intelectual, o moral e o afectivo. A meu ver, sem uma formação apropriada de professores, todas as mudanças e todas as reformas são vãs e, mais do que isso, de geração para geração a qualidade do ensino tenderá a piorar”.

Ora meus amigos, se não é possível programar o futuro sem uma visão estratégica, então temos de reflectir sobre questões básicas. Qual é a visão que temos para a Europa? Como será a Europa após a união monetária? Como se vai ela posicionar perante os pólos de desenvolvimento da América do Norte, do México e do Extremo Oriente? Qual é a visão estratégica para Portugal? Como vamos congregar as políticas educativa, formativa e de desenvolvimento, de forma a que passemos de 75% de população activa sem qualificações para a modernização da sociedade, para 70% da população activa com qualificações para essa tarefa?

E se o tempo é importante, quantos anos? Como será exercido o direito de estabelecimento pelos portugueses na Europa, ou seja, o direito de exercício de uma profissão em consonância com o direito já dado da circulação de pessoas e de bens?

Mobilizar os cidadãos para atingir objectivos claros é a consequência natural de uma política de diálogo, sob pena de este se esgotar em questões circunstanciais e sem que se caminhe claramente para a redefinição das missões e funções do Estado privilegiando o poder condicionado contra o poder absoluto e o poder compensatório que existem mesmo nas democracias.

É neste contexto que se vem processando e a incentivar uma reflexão sobre o Livro Branco "Ensinar e Aprender - Rumo à Sociedade Cognitiva" tendo como objectivo fazer uma análise do livro, elaborar uma síntese dos debates e pareceres e contribuir para uma visão estratégica da Europa e do nosso país.

As contribuições já dadas ou programadas, mesmo da Assembleia da República, que está prometida, agora do CNE, de organizações sindicais e empresariais, de departamentos públicos e instituições privadas, de escolas, centros e empresas, são de importância vital para a elaboração dessa síntese e este seminário insere-se nesse âmbito, sendo da maior utilidade as suas conclusões.

E desde já muito útil a síntese de pareceres deste Conselho elaborados por personalidades de grande competência ao longo dos últimos anos. Espero que, assim, possamos fazer uma análise de tudo o que já foi feito e desde já permitam-me reflectir aqui sobre 2 ou 3 ideias que estão em progresso.

Dessas análises já feitas e transmitidas à Comissão, emanou a ideia de que reordenar os objectivos gerais do Livro Branco e fazer emergir como objectivo básico a construção da cidadania no quadro do poder partilhado e o conseqüente aprofundamento da dimensão europeia da educação e da formação com a necessária análise das novas hierarquias de poder é uma necessidade absoluta. Salientam-se ainda algumas preocupações nos equilíbrios entre o saber científico e o saber pedagógico, entre o saber, o saber fazer e o fazer e, ainda, evidencia-se a dramática fragilidade no culto da observação científica e cultural nas nossas escolas com conseqüências devastadoras no universo do trabalho, no incentivo ao saber pensar e no desenvolvimento do espírito de risco.

Algumas medidas tiveram já grande relevância em 1996. O pacto educativo é um embrião, que deve ser fortalecido dadas as potencialidades nele expressas em relação à concretização desse poder condicionado. A escola deve dinamizar-se como observatório de qualidade dela própria, parceira do desenvolvimento local. A reorganização global do sistema de formação profissional veio introduzir conceitos de racionalidade e de certificação da competência institucional, podendo abrir caminhos a expressões inovadoras do binómio educação-formação e criando-se assim como condições para a existência em Portugal daquilo que eu porventura impropriamente chamo a carta magna da educação e da forma-

ção. Em simultâneo, criar condições, assim, para que esse dilema escola-empresa tenha soluções criativas.

Ainda recentemente tive ocasião de fazer um balanço das actividades desenvolvidas este ano. Não o vou repetir aqui, citando acções e projectos concluídos ou em curso. Deixem-me apenas salientar algumas realizações de grande vulto, como as conferências contra a exclusão escolar, sobre a orientação educativa e inovação, a divulgação de línguas, a euro-formação, o terceiro fórum do emprego e formação, as semanas vivas dos centros de formação, a Manifesta, a conferências das associações de pais a nível europeu realizada em Santiago de Compostela.

Muitas outras realizações terão lugar até Junho de 1997, um mês que, afinal, será o término de um ano da educação e informação, um ano que será para todos nós sempre intemporal. As Jornadas do Caldeirão, que vêm incentivar a aliança do antigo e do novo e ver se conseguimos raciocinar sobre a colocação das tecnologias ao serviço do humanismo, a feira das metodologias de aprendizagem, associando a simulação e os multimédia a cidades capitais do saber, são iniciativas em marcha que julgo continuam ao nosso alcance.

E se no meio das convulsões naturais houver tempo de paz para que se realize o encontro de gerações, abrindo-se a universidade à mensagem da cultura da vida do analfabeto culto e a escola primária ao regresso do homem de poder sempre efémero, poderíamos talvez simbolizar nesta educação e formação ao longo da vida sonhos não perdidos de uma vida digna de ser vivida.

Prof. Doutor Eduardo Marçal Grilo

Senhor Ministro da Educação

Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação, Prof^a. Teresa Ambrósio

Senhor presidente da Comissão Nacional do Ano Europeu para a Educação e Formação ao Longo da Vida, Prof. Veiga Simão
Senhora Secretária Geral do Conselho Nacional de Educação
Senhores Conselheiros
Senhores Convidados
Minhas Senhoras e Meus Senhores
Meus Queridos Amigos

Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Conselho Nacional de Educação e congratular-me com a realização deste seminário. É uma declaração formal, mas gosto de o fazer porque o Conselho tem vindo a estar particularmente atento a esta matéria do Livro Branco. A esse respeito já a Senhora Presidente, na altura Conselheira Prof^a. Teresa Ambrósio, lançou há algum tempo um debate particularmente interessante sobre a relação emprego-empresas, formação e educação.

Parece hoje fora de causa a importância que tem o Livro Branco e sobre as concepções que lhe estão subjacentes não vou eu fazer comentários. Permitam-me só tecer duas ou três considerações que me parecem relevantes e que deixo à consideração do seminário. Às vezes tem-se a tentação de vir abrir os seminários e dizer-se o que eles deveriam discutir... Mas o meu papel não é esse, apenas considerarei aspectos que me preocupam sobre o tema.

Julgo que há uma primeira área a referir, em relação aos objectivos traçados pelo Livro Branco, para o caso específico português. Sintetizaria em quatro pontos o sistema capaz de no futuro responder de uma forma integrada a este desafio de educação permanente:

- 1 O acesso ao pré-escolar. De há quatro anos a esta parte, e sobretudo depois da recomendação da European Round Table dos industriais europeus (que tem uma publicação portuguesa, apresentada em Portugal nesta sala no âmbito do Ano Europeu, com o Sr. Américo Amorim), o pré-escolar no mundo educacional, e hoje no mundo da economia, do desenvolvi-

mento em termos concretos, deixou de ser um objectivo muito ligado aos educadores para passar a ser um factor decisivo na preparação dos cidadãos enquanto elementos participantes num processo de desenvolvimento.

- 2 A formação geral escolar cada vez mais longa. No nosso país, isto é revelador de uma situação de grande pobreza, dado que a nossa escolaridade obrigatória está longe de ser cumprida pela grande maioria das nossas crianças. Junto a esta formação escolar longa está o seu conteúdo, a que não me vou dedicar, referindo apenas que o aspecto mais relevante dessa formação são as capacidades habilitantes e não propriamente os aspectos cognitivos.
- 3 O acesso à qualificação profissional inicial. Tem a ver com o défice português de formação profissional formal, enquadrada no sistema escolar, e mais propriamente, com o esquema das escolas profissionais e com a necessidade de consolidar este modelo, o que tenho vindo a dizer há bastante tempo.
- 4 O acesso à formação contínua.

Estes parecem-me ser os quatro braços essenciais de um sistema integrado de educação permanente, a construir num futuro próximo.

O que gostava eu de deixar-vos aqui como grande preocupação minha? Falamos hoje regularmente de coisas como sociedade de informação e sociedade de conhecimento, falamos da sociedade que aprende, a *learning society*, mas quando pensamos numa sociedade futura (e o século XXI está aqui à nossa frente), parece hoje claro que o próximo século será o século da informação, do conhecimento e da aprendizagem ao longo da vida.

Edgar Morin, no seu último livro, diz que estamos à beira de uma sociedade muito dicotómica, entre os que têm acesso à informação e os que não têm, entre aqueles que têm a capacidade para e os que não têm capacidade nenhuma. Não sendo adepto do partido justicialista argen-

tino, eu chamá-los-ia uma espécie de “descamisados do conhecimento”. Porque vamos tê-los entre nós.

Morin diz, ainda, que há hoje um conhecimento muito codificado e muito sofisticado e faz a seguinte comparação: durante a Segunda Guerra a maior parte das pessoas acompanhava os acontecimentos com mapas e bandeiras, que colocava nos postos dos Aliados, das tropas alemãs, russas, japonesas, no local dos desembarques, etc., e a informação, sendo muito escassa, era muito correcta. As coisas conheciam-se com dias de atraso, mas quando se dizia que a frente leste estava naquele ponto, era assim.

Durante a Guerra do Golfo, ninguém percebeu nada do que lá se passou devido ao elevado grau de sofisticação da informação produzida e dos equipamentos utilizados. Ninguém percebe como funciona um Missil *tomahawk*, ninguém faz ideia nenhuma de como se penetra num programa de computador que prepara uma estratégia inteira de ataque a uma região, cidade ou exército, ninguém tem bandeirinhas para pôr em sítio nenhum, porque ninguém percebe rigorosamente nada do que se está a passar. São dois mundos completamente separados... Recordo-me de que a maioria dos jornalistas que estava no Golfo nunca soube exactamente o que estava a passar-se. A esmagadora maioria das grandes transmissões directas da CNN, da NBC e da CBS não tinham nada a ver com a realidade e a guerra era feita de situações de grande tensão, mas de pouca autenticidade no que respeita à concentração das capacidades existentes no momento.

Por isso, defendo que nós, no nosso país, de uma forma muito mais comezinha, temos que pensar em quem tem acesso e em quem não tem acesso a esta sociedade da informação.

Verifico hoje, com enorme preocupação, que o fenómeno da exclusão em Portugal tem uma enorme dimensão. No sistema educativo estamos a perder, a não conseguir segurar 1 em cada 3 crianças que entram no 1º ano da escolaridade. Hoje, cerca de 36% das nossas crianças não terminam a escolaridade obrigatória. É aqui que está a questão da exclusão e não no 12º ano, no 11º ou no ensino superior.

Mais dramático ainda, não sinto que a sociedade portuguesa queira combater este problema, porque os interesses instalados e corporativos são tais, como se vê na questão simples da discussão da alteração da lei de bases, que não vejo que se possa fazer a contratualização, aqui referida pelo Prof. Veiga Simão, para mobilizar os parceiros e lutar contra esta exclusão. Este é que é o nosso drama. O resto são questões com uma grande dimensão e que implicam mobilização de esforços, financiamento, identificação de meios, definição de estratégias, mas este é um problema que se move entre o político e o sociológico.

Tive ocasião de visitar há duas semanas no Algarve, em Olhão, um dos 38 territórios educativos de intervenção prioritária que o Ministério lançou neste ano lectivo e que cobrem cerca de 150 escolas dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, onde quero sublinhar o enorme esforço que os professores estão a fazer. Verifiquei que no esquema organizativo que encontramos para aquele conjunto de escolas há, seguramente, um embrião e um núcleo central de capacidades para lutar contra a questão da exclusão.

Olhão é uma região com problemas sérios, do ponto de vista social, económico e de emprego, e fiquei particularmente impressionado ao assistir a uma reunião do conselho pedagógico de uma escola, com professores do 1º, 2º e 3º ciclos, nesta ligação vertical que está por fazer na generalidade do sistema da escolaridade obrigatória. Uma professora dizia algo muito curioso: que se, sem dúvida, é muito importante as crianças saberem ler, escrever e contar, neste momento o grande problema com que se debate é conseguir sentá-las dentro da sala de aula. Ela explicou que estes miúdos, normalmente, não se sentam, nem em casa nem na rua e que, portanto, o trabalho de os sentar e de lhes ganhar a atenção durante uma hora ou mais está ainda por fazer. Estas crianças estão na faixa etária dos 7-12 anos, já com um conjunto de hábitos, atitudes e comportamentos não facilmente alteráveis.

Portanto, se me é permitido deixar aqui uma preocupação, não pensemos nos problemas apenas do ponto de vista da classe média. A classe média, em Portugal, que olha para o sistema olhando para a universi-

dade, vendo depois o ensino secundário como o pré-universitário e vendo o 3º ciclo do ensino básico como o pré-secundário como alguém de muita responsabilidade lhe chamou na semana passada com uma declaração absolutamente bárbara... Neste afã de arranjar argumentos, a certa altura começa-se a dizer coisas mais tontas e pensar deste modo é uma grande tontaria relativamente ao conceito de escolaridade obrigatória.

Gostava de dizer-vos que esta não é a visão do Ministério nem a minha visão pessoal. Acho que o País tem problemas sérios e que a exclusão é um deles. Não podemos ter um Ministério apenas para 2/3 das nossas crianças e deitar borda fora 1/3 delas apenas porque os interesses instalados na classe média são no sentido de dizer que vai tudo para a Universidade... Esta é uma concepção que eu me recuso a ter e que vos deixava aqui como uma preocupação minha.

Uma última nota relativamente ao que a Sra. Presidente referiu sobre a prioridade da formação de adultos e com que estou de acordo. Reconheço muito a importância desta formação de adultos, mas também quero dizer que acho que o mais relevante é fazer com que a educação e a formação dos jovens de hoje os transforme em esfomeados da educação quando forem adultos. Temos que fazer um enorme esforço para actuar nessas duas áreas.

O gosto de aprender é uma área que reputo como absolutamente essencial. Nada se faz se os cidadãos não tiverem o gosto de aprender, que se adquire não apenas na escola (certamente um factor importante, sobretudo para aqueles que têm um *background* cultural familiar menos sofisticado e desenvolvido) mas em tudo aquilo que anda à volta do nosso jovem e de nós todos em relação à informação e à educação.

Temos muitos factores positivos nesta sociedade em que vivemos, rodeados de informação, mas também estamos rodeados de mecanismos que contrariam esta lógica do gosto de aprender, como por vezes o faz a televisão, com uma cadência que nos tira o gosto de aprender. A Gradi-va tem, neste momento, em tradução um livro americano muito interessante a que eu tive acesso, em que se diz que a televisão é feita para

não se manter a atenção da pessoa. Não é necessário ter atenção para ver a televisão; o próprio *zapping* dentro do mesmo canal, sempre a mudar, sempre a mudar, faz com que o telespectador nunca precise verdadeiramente de estar com atenção para aprender seja o que for.

Voltando ao princípio, sublinho que me parece ser esta uma iniciativa magnífica. Tenho imensa pena de não ficar aqui todo o dia, pois gostava muito de poder ouvir o participar nos debates, o que já aconteceu quando fiz parte do Conselho Nacional de Educação. Desejo a todos um dia muito profícuo e que no final da jornada estejam mais ricos. Teremos depois acesso a toda esta informação através da publicação que o Conselho Nacional de Educação fará.

Muito obrigado e felicidades.

Prof^a. Doutora Maria Teresa Ambrósio

Muito obrigada, Senhor Ministro.

Dou por encerrada esta Sessão de Abertura.